



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- ATA -

3ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2026

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

[Mandato 2025-2027]

Brasília - DF, 5 e 6 de maio de 2026

I. Abertura

1. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) realizou a 3ª Reunião Plenária Ordinária de 2026, nos dias 05 e 06 de maio de 2026, no Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto, Brasília - DF. A abertura da reunião e coordenação dos trabalhos foi feita pela Presidenta do Consea, Sra. Elisabetta Recine.
2. Participaram da 3ª Reunião Plenária Ordinária de 2026 representantes de: 37 Organizações da Sociedade Civil componentes do Consea; 5 ministérios componentes do Consea; 14 presidentes de Conseas estaduais; 4 Organizações da Sociedade Civil que atuam como membros observadores do Consea; 3 Organizações Internacionais convidadas permanentes do Consea; e 94 participantes integrantes de instituições governamentais e da sociedade civil vinculados à agenda de segurança alimentar e nutricional, mas que não são conselheiros/os titulares ou suplentes, totalizando 157 pessoas. Registra-se que as listas de presença, por categoria, estão arquivadas na Secretaria-Executiva do Consea (SE/Consea).
3. Esta Ata contém os seguintes anexos: A - Pauta aprovada para a 3ª reunião Plenária Ordinária de 2026; e B - Nota Pública: Resposta humanitária às vítimas de desastres climáticos decorrentes das chuvas intensas.
4. A Secretaria-Executiva do Consea confirmou a existência de quórum regimental na Plenária.
5. A Presidenta do Consea, Elisabetta Recine, no dia 05 de maio, abriu os trabalhos da manhã ressaltando que todas as atividades realizadas ao longo do semestre foram concebidas como etapas de um processo mais amplo de atualização da leitura de realidade do país, de monitoramento do III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan) e de reorganização das estratégias de atuação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) em função do Encontro Nacional +2 anos da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), que acontecerá entre 8 e 10 de junho de 2026. Elisabetta registrou o apoio do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) para viabilizar a participação de representantes da sociedade civil dos estados no Encontro Nacional.

6. A pauta da reunião foi apresentada e aprovada pela Plenária sem alterações (Anexo A). A Presidenta do Consea enfatizou que o debate sobre o Sisan deveria ultrapassar sua dimensão administrativa e ser compreendido como uma ferramenta política capaz de fortalecer a pactuação federativa, a articulação intersetorial, o financiamento das políticas públicas e a capacidade de incidência dos diferentes atores envolvidos na agenda da Segurança Alimentar e Nutricional.
7. O Ministro Wellington Dias contextualizou, em sua saudação à Plenária, os avanços alcançados desde a retomada das políticas de combate à fome em 2023. Destacou a reconstrução institucional do Sisan após um período de desestruturação, a ampliação expressiva do número de municípios aderidos ao sistema e a recuperação da capacidade de coordenação nacional da política de segurança alimentar e nutricional. Ressaltou ainda a retirada de milhões de brasileiros da condição de insegurança alimentar grave e o reconhecimento internacional obtido pelo país em razão dos resultados alcançados.
8. O ministro situou esses avanços em um cenário global marcado pelo aumento dos conflitos armados, pelas pressões sobre os sistemas alimentares e pelos riscos de elevação dos preços dos alimentos. Nesse contexto, defendeu o fortalecimento das estruturas permanentes de governança da segurança alimentar, o aprofundamento das estratégias de produção e abastecimento de alimentos e a ampliação do financiamento das políticas públicas, mencionando a possibilidade de utilização de recursos do Fundo Social (FS) do pré-sal para ações estratégicas do setor.
9. Ao encerrar a abertura, Elisabetta Recine reafirmou a importância do Sisan como instrumento de enfrentamento das desigualdades e registrou iniciativas recentes do Consea voltadas à incidência internacional, incluindo a proposta de construção de uma campanha global contra o uso da fome como instrumento de guerra e de coerção política.

II. Painel 1: Balanço e agenda futura do Sisan no âmbito federal

10. Abrindo o primeiro painel temático da Plenária, Elisabetta Recine convidou as seguintes pessoas para compor a mesa como expositoras: Sra. Sílvia Zimmermann, representante da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN) no Consea e coordenadora da Comissão Permanente 1 (CP1) do Consea Nacional; Sra. Valéria Burity, Secretária Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan Nacional) e Secretária Nacional Extraordinária de Combate à Fome (SECF/MDS); Sra. Lilian Rahal, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN/MDS); Sr. Alexandre Valadares, Diretor de Vigilância do Sisan da Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome (SECF/MDS).
11. A Presidenta do Consea ressaltou que a discussão sobre o Sisan deveria ser incorporada ao cotidiano de todo o Conselho, e não permanecer restrita às instâncias especializadas. Reforçou que o fortalecimento do sistema é condição indispensável para a implementação do III Plansan e para a consolidação de uma nova cultura de gestão pública baseada na intersetorialidade, na coordenação federativa e na participação social.
12. A Sra. Sílvia Zimmermann apresentou um balanço das principais iniciativas desenvolvidas desde a realização da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, destacando o papel da CP1 no acompanhamento da

implementação do III Plansan. Organizou sua análise em torno de seis eixos centrais: governança e pactuação interfederativa; financiamento; territorialização do plano; fortalecimento intersetorial; monitoramento participativo e prevenção de conflitos de interesse. A conselheira ressaltou avanços importantes na revisão de normativos, na construção de instrumentos de pactuação federativa, no monitoramento orçamentário das políticas de segurança alimentar e nutricional e na ampliação das adesões municipais ao Sisan. Também destacou a atuação do Consea na formulação de recomendações, no acompanhamento dos programas estratégicos e na construção de mecanismos de monitoramento social da implementação do plano. Como síntese do balanço realizado, Zimmermann afirmou que os avanços observados desde a 6ª CNSAN demonstram a retomada da capacidade de coordenação e fortalecimento institucional do sistema. Entretanto, ressaltou que permanecem desafios estruturantes, entre eles a consolidação de mecanismos permanentes de financiamento, a ampliação dos processos formativos, a integração efetiva entre Sisan, SUS e SUAS, o fortalecimento do monitoramento participativo, a regulamentação da participação privada em conformidade com os princípios do direito humano à alimentação adequada e a construção de instrumentos capazes de fortalecer a intersetorialidade e a governança territorial da política de segurança alimentar e nutricional.

13. A Sra. Valéria Burity apresentou uma reflexão sobre o papel político do Sisan como instrumento de garantia do direito humano à alimentação adequada. Reafirmou que a segurança alimentar e nutricional deve ser compreendida em sua concepção ampla, envolvendo não apenas o acesso aos alimentos, mas também a produção sustentável, o abastecimento, a saúde, a proteção social, a valorização dos povos e comunidades tradicionais e a soberania alimentar. Ao recuperar o processo de reconstrução institucional, iniciado em 2023, destacou a reinstalação do Consea, a reativação da Caisan Nacional, a realização da 6ª CNSAN, a elaboração do III Plansan e a criação da Secretaria Extraordinária de Combate à Fome e à Pobreza. Burity destacou o salto expressivo no número de adesões municipais ao Sisan, atribuindo esse avanço a uma coordenação ativa que priorizou estratégias de mobilização federativa, como a realização de Encontros Regionais e a pactuação de metas de adesão, além do uso de programas como o PAA para induzir a institucionalização do Sistema nos territórios. Ressaltou, ainda, o fortalecimento da coordenação nacional do Sisan, marcado pela implementação de estratégias intersetoriais como o Plano Brasil Sem Fome, a Estratégia Alimenta Cidades e outros instrumentos voltados à integração das políticas públicas, entre eles os protocolos integrados de atuação governamental. Complementarmente, destacou o desenvolvimento de mecanismos de integração programática, a exemplo do Sistema de Vigilância do Sisan – que utiliza os indicadores EBIA e CadInSisan para orientar a ação pública – e do Comitê de Compras Públicas da Agricultura Familiar, voltado para fortalecer a articulação entre a demanda governamental e a produção territorializada. Alertou para a necessidade de incorporar os diferentes ministérios à agenda da segurança alimentar, garantir financiamento adequado para os programas estruturantes e assegurar que a expansão do Sisan seja acompanhada de sua efetiva implementação nos territórios. Por fim, Burity enfatizou que os avanços obtidos decorrem da combinação entre mobilização social, coordenação federativa e integração programática. Concluiu afirmando que o principal desafio dos próximos anos será

transformar o Sisan em uma política de Estado capaz de garantir, de forma permanente, a soberania e a segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

14. A Sra. Lilian Rahal destacou que o fortalecimento do Sisan passa pela articulação entre governança, financiamento e programas, ressaltando que o sistema deve ser compreendido não apenas como um arranjo institucional, mas como um campo de política pública com identidade própria. Argumentou que iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Cozinha Solidária, os bancos de alimentos, as iniciativas de agricultura urbana, o Programa Cisternas e a Estratégia Alimenta Cidades conferem identidade e concretude ao Sisan. Ressaltou que tais iniciativas têm contribuído para aproximar as ações de segurança alimentar das realidades locais, estimulando a articulação entre diferentes setores governamentais e ampliando a capacidade de resposta dos territórios às situações de insegurança alimentar. Rahal defendeu a organização do sistema em redes, permitindo integrar a diversidade setorial sem impor hierarquias rígidas ou padronizações excessivas. Nesse contexto, manifestou cautela em relação ao debate sobre a "tipificação", alertando para o risco de transpor modelos de outros sistemas setoriais que possam engessar a inovação e desconsiderar as particularidades locais. Enfatizou que a participação social no Sisan extrapola o controle social, atuando como agente implementador e construtor da agenda, especialmente em arranjos virtuosos com o Pacto Federativo. . Ao concluir, afirmou que a consolidação do Sisan exige o reconhecimento simultâneo da diversidade das experiências territoriais e da necessidade de fortalecer instrumentos comuns de coordenação. Defendeu que o sistema somente alcançará plena efetividade quando sua governança estiver diretamente conectada aos programas e às ações concretas desenvolvidas nos territórios, produzindo resultados perceptíveis na vida da população.
15. O Sr. Alexandre Valadares apresentou os avanços na construção do Sistema Integrado de Vigilância do Sisan, destacando que a retomada da produção de informações sobre insegurança alimentar foi uma das prioridades da reconstrução das políticas de combate à fome. Ressaltou a reinserção da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) nas pesquisas oficiais e a importância de produzir dados regulares para subsidiar o planejamento, o monitoramento e a avaliação das ações governamentais. Valadares apresentou as principais ferramentas que compõem o sistema de vigilância, entre elas o Cadastro de Insegurança Alimentar (CadInSAN), os painéis de monitoramento territorial, os estudos sobre desertos alimentares e o Indicador de Presença do Sisan nos Municípios. Conforme explicou, essas iniciativas buscam integrar diferentes bases de dados e oferecer informações qualificadas para gestores, conselhos e sociedade civil. Ao concluir, destacou que os resultados já demonstram uma associação entre a presença estruturada do Sisan nos municípios e uma maior oferta de políticas e equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional. Ressaltou ainda a aprovação da resolução da Caisan Nacional que institucionaliza o sistema de vigilância, consolidando-o como instrumento estratégico para fortalecer a gestão, a transparência e o controle social das políticas de segurança alimentar e nutricional.

III. Manifestações da Plenária

16. A Presidenta Elisabetta Recine abriu inscrições para manifestações da plenária. As intervenções abordaram, principalmente, as seguintes questões:

- A importância de fortalecer o debate sobre o Sisan como tema central da plenária e não apenas das instâncias especializadas do Consea.
- A necessidade de avançar na definição da identidade, abrangência e tipificação das ações do Sisan, equilibrando a necessidade de organização do sistema com a preservação de sua natureza intersetorial e territorial.
- Os desafios relacionados à adesão e permanência dos municípios no Sisan, incluindo mecanismos de responsabilização, acompanhamento e apoio técnico para garantir que a adesão resulte em efetiva implementação das estruturas e políticas de segurança alimentar e nutricional.
- A importância de ampliar o financiamento das políticas e da governança do sistema, incluindo recursos para conselhos, monitoramento, capacitação e atuação territorial.
- O reconhecimento do papel estratégico dos programas estruturantes, como PAA, cozinhas solidárias e demais ações de segurança alimentar, para fortalecer o Sisan nos territórios.
- A necessidade de aprimorar os sistemas de monitoramento e vigilância, incorporando indicadores que expressem melhor a intersectorialidade da política, a atuação da agricultura familiar, das organizações da sociedade civil e das diferentes políticas setoriais que contribuem para a segurança alimentar e nutricional.
- A ampliação da visibilidade de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, população em situação de rua, catadores de materiais recicláveis e outros grupos historicamente em situação de vulnerabilidade nos instrumentos de monitoramento e produção de dados.
- A importância de complementar os indicadores quantitativos com abordagens qualitativas capazes de avaliar a qualidade das políticas implementadas e das condições de alimentação nos territórios.
- A valorização das experiências territoriais desenvolvidas por organizações da sociedade civil, especialmente cozinhas solidárias, e a necessidade de ampliar o apoio logístico, operacional e financeiro para sua atuação.
- Preocupações com fatores que afetam a segurança alimentar das famílias, como o crescimento do endividamento associado às apostas esportivas e plataformas de jogos on-line.
- Sugestões para ampliar a transparência dos investimentos federais em segurança alimentar e nutricional por meio dos painéis e sistemas de monitoramento apresentados.

17. A Presidenta passou para manifestações finais da Mesa. O diretor Alexandre Valadares (SECF/MDS) destacou que os instrumentos de vigilância já incorporam informações específicas sobre diversos grupos populacionais vulnerabilizados e informou que os dados estão disponíveis em plataformas públicas de monitoramento. Ressaltou que o sistema de vigilância está em permanente aperfeiçoamento, inclusive para ampliar a qualidade dos indicadores, a representação territorial e a integração entre diferentes bases de dados. Também

reconheceu a importância de incorporar dimensões qualitativas ao monitoramento e de aprimorar os mecanismos de validação e confiabilidade das informações produzidas pelos municípios. A Secretária Nacional Lilian Rahal (SESAN/MDS) retomou o debate sobre a tipificação das ações do Sisan e defendeu a construção de instrumentos capazes de conferir maior concretude ao sistema sem comprometer sua natureza intersetorial. Ressaltou que o Sisan possui um núcleo próprio de programas e ações que lhe confere identidade, alertando para o risco de reduzir a política de segurança alimentar e nutricional a um setor específico, enfraquecendo sua capacidade de articulação com outras áreas governamentais. Reafirmou a importância de fortalecer simultaneamente governança, programas e financiamento como pilares da consolidação do sistema. A Secretária Nacional Valéria Burity (SECF/MDS) abordou as preocupações apresentadas pela Plenária sobre o impacto das apostas on-line no orçamento das famílias, informando que o governo federal vem adotando medidas de regulamentação, fiscalização e restrição de plataformas irregulares, bem como mecanismos de proteção para famílias endividadas. Em relação aos debates sobre o Sisan, reforçou a necessidade de preservar a concepção ampla de segurança alimentar e nutricional, destacando que os processos de organização e tipificação do sistema devem contribuir para dar visibilidade às ações e fortalecer a gestão sem comprometer o caráter intersetorial da política.

18. Em suas considerações finais, a Presidenta Elisabetta Recine destacou que os debates evidenciaram desafios centrais para o futuro do Sisan, especialmente no que se refere ao equilíbrio entre organização institucional e flexibilidade, à consolidação da governança interfederativa, ao fortalecimento do monitoramento e à construção de instrumentos capazes de traduzir a amplitude da segurança alimentar e nutricional em estratégias concretas de implementação. Ressaltou que as reflexões acumuladas servirão de subsídio para os debates do Encontro Nacional “6ª CNSAN +2” e para o aperfeiçoamento contínuo do sistema.

IV. Painel 2: Sisan vivo nos territórios

19. A Presidenta Elisabetta Recine retomou os trabalhos no período da tarde e anunciou o segundo painel da reunião Plenária, que apresentou experiências de fortalecimento da intersetorialidade, da participação social e da colaboração federativa no âmbito do Sisan. O painel ocorreu em formato híbrido, contando com participações presenciais e remotas.
20. A Sra. Débora Rodrigues, conselheira nacional e presidenta do Consea Bahia, iniciou o painel apresentando as estratégias e dinâmicas políticas utilizadas pelo Consea estadual da Bahia. A conselheira destacou a trajetória de construção do Consea Bahia como resultado da mobilização social em torno da agenda de combate à fome e da segurança alimentar. Ressaltou a importância da organização territorial adotada pelo estado, que orienta tanto os processos conferenciais quanto a composição e atuação do conselho. A experiência demonstrou como a presença de representantes distribuídos pelos territórios fortalece a capilaridade do controle social, amplia a incidência política e contribui para aproximar as decisões estaduais das realidades locais. Por fim, enfatizou que a efetividade do sistema depende da capacidade de mobilização permanente da sociedade civil, da manutenção de espaços institucionais de participação e da construção de relações que permitam ao

conselho influenciar agendas governamentais e acompanhar a implementação das políticas públicas.

21. A Sra. Regina Praciano, Secretária-Executiva da Caisan Ceará apresentou a experiência cearense destacando a intersetorialidade e a participação social como pilares estruturantes da implementação do Sisan no estado. Como principal exemplo, foi apresentado o Programa Ceará Sem Fome, estruturado em diferentes eixos que articulam acesso à alimentação, apoio à produção de alimentos, qualificação profissional, monitoramento e governança. A experiência foi apresentada como uma estratégia integrada que combina proteção social, fortalecimento da agricultura familiar, geração de oportunidades econômicas e articulação institucional nos 184 municípios do estado. A exposição ressaltou ainda a importância da pactuação com os municípios, da utilização de instrumentos de monitoramento e da construção de mecanismos permanentes de governança capazes de garantir sustentabilidade às ações de combate à fome e promoção da segurança alimentar e nutricional.
22. O Sr. Alex Moraes, Secretário-Executivo da Caisan Rio Grande do Sul, compartilhou a experiência gaúcha de criação dos Pontos Populares de Soberania Alimentar e Nutricional (PP-Sisan) como estratégia de fortalecimento das redes comunitárias de promoção da alimentação adequada e de ampliação da presença do Sisan nos territórios. Enfatizou o reconhecimento das iniciativas já existentes na sociedade civil como parte fundamental da estrutura de proteção social e de garantia do direito humano à alimentação. A apresentação ressaltou a importância de construir mecanismos institucionais capazes de apoiar, reconhecer e integrar organizações sociais, cozinhas comunitárias e demais iniciativas populares às estratégias públicas de segurança alimentar, fortalecendo a colaboração entre Estado e sociedade civil.
23. A Sra. Patrícia Gentil, Diretora do Departamento de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (DESAU/SESAN/MDS), apresentou a experiência da Estratégia Alimenta Cidades, voltada à reorganização dos sistemas alimentares urbanos a partir de diagnósticos territoriais, planejamento integrado e cooperação entre diferentes setores governamentais. Ressaltou que a iniciativa busca apoiar os municípios na identificação de desafios relacionados ao abastecimento, acesso à alimentação, produção, distribuição e consumo de alimentos, construindo respostas adequadas às realidades locais. Destacou a expansão da estratégia para mais de mil municípios, com prioridade para localidades aderidas ao Sisan, integrantes do Protocolo Brasil Sem Fome e municípios das regiões Norte e Nordeste. Por fim, a Diretora concluiu que a experiência vem contribuindo para fortalecer a governança dos sistemas alimentares locais e para consolidar a segurança alimentar e nutricional como uma agenda transversal no planejamento urbano e territorial.
24. A Sra. Natalia Outtes, Secretária-Executiva da Caisan Municipal de Recife, apresentou a experiência de materialização do Sisan em uma grande cidade. Destacou o processo de fortalecimento institucional da política municipal, incluindo a ampliação da composição da Caisan, a consolidação de marcos legais próprios, a elaboração do primeiro Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e a estruturação de uma rede municipal específica para a área. Foi dada especial atenção à criação do CadInSAN Recife, instrumento que permitiu mapear territorialmente a insegurança alimentar, identificar áreas prioritárias de intervenção, localizar desertos alimentares e orientar de forma mais precisa a

implantação de equipamentos, programas e ações públicas. A exposição também destacou os resultados obtidos por meio da participação na Estratégia Alimentar Cidades, da ampliação das compras públicas de alimentos, do fortalecimento do banco de alimentos e de iniciativas voltadas à educação alimentar e à comunicação popular.

25. A Sra. Renata Machado, presidenta do Consea Estadual do Rio de Janeiro e coordenadora da Comissão de Presidentes de Conseas Estaduais (CPCE), apresentou os resultados do mapeamento nacional, realizado pela Secretaria-Executiva do Consea Nacional, sobre as formas de articulação entre conselhos estaduais e municipais de segurança alimentar e nutricional. O estudo identificou diferentes arranjos de cooperação federativa, variando desde estruturas formalizadas de representação municipal até mecanismos mais flexíveis de comunicação, mobilização e apoio técnico. Os resultados demonstraram significativa diversidade regional. Enquanto alguns estados já estruturaram colegiados, fóruns e comissões permanentes de articulação municipal, outros utilizam principalmente estratégias de comunicação virtual, reuniões regionais e processos de sensibilização voltados à criação e fortalecimento dos conselhos locais. Como principal conclusão, destacou que a aproximação entre conselhos estaduais e municipais fortalece a implementação do Sisan, reduz o isolamento dos municípios, amplia a circulação de informações e contribui para a consolidação de uma rede federativa de participação social.
26. A Sra. Luiza Trabuco, Diretora de Gestão do Sisan (SECF/MDS), realizou a última apresentação do painel destacando a estratégia “Sisan Vivo nos Territórios”, prevista no Anúncio 1 do III Plansan, como eixo estruturante do fortalecimento do sistema. Destacou que a iniciativa busca ampliar a adesão e permanência dos municípios, fortalecer os processos formativos, consolidar espaços de pactuação federativa e ampliar a integração entre governo e sociedade civil. Apresentou os principais instrumentos em desenvolvimento, incluindo mecanismos de adesão e permanência, trilhas de formação para gestoras/es e conselheiras/os, protocolos intersetoriais, estratégias de monitoramento e iniciativas voltadas à regulamentação da participação de entidades privadas sem fins lucrativos no Sisan. Também foi destacada a construção de espaços permanentes de diálogo entre União, estados e municípios. A diretora afirmou que o fortalecimento do Sisan depende da combinação entre participação social, cooperação federativa, formação continuada, financiamento e instrumentos capazes de transformar os princípios da intersetorialidade em práticas concretas de gestão e implementação das políticas de segurança alimentar e nutricional nos territórios.

V. Painel 3: Atuação de Agentes Estratégicos para Fortalecimento do Sisan

27. A Presidenta Elisabetta Recine abriu o terceiro painel destacando que a consolidação do Sisan depende tanto das estruturas governamentais quanto das instâncias formais de participação social, bem como da atuação de diversos agentes estratégicos, que contribuem para ampliar a incidência política, a produção de conhecimento, a fiscalização, a mobilização social e a articulação institucional em defesa do direito humano à alimentação adequada. Este painel também foi realizado no formato híbrido, com participações presenciais e remotas.
28. O Sr. Deputado Federal Padre João, Presidente da Frente Parlamentar Mista de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, destacou o papel do Poder

Legislativo na defesa e fortalecimento das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Ressaltou que a atuação da Frente Parlamentar tem buscado fortalecer programas estruturantes, ampliar recursos orçamentários e apoiar iniciativas voltadas à produção de alimentos saudáveis, à agricultura familiar e ao combate à fome. O parlamentar enfatizou a importância da articulação entre Congresso Nacional, governos, conselhos e movimentos sociais para garantir a continuidade das políticas públicas e evitar retrocessos institucionais.

29. O Sr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, Procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná, destacou a alimentação adequada como direito fundamental e enfatizou o papel do Ministério Público na defesa dos direitos sociais e no acompanhamento da implementação das políticas públicas. Ressaltou que a fome e a insegurança alimentar não podem ser tratadas como problemas circunstanciais, mas como violações de direitos que demandam atuação permanente das instituições públicas. O procurador defendeu o fortalecimento dos mecanismos de controle social e das instâncias de participação como instrumentos essenciais para a efetivação dos direitos humanos. Também ressaltou a importância da atuação articulada entre Ministério Público, conselhos, gestores públicos e organizações da sociedade civil para assegurar que as políticas de segurança alimentar alcancem efetivamente a população. Concluiu afirmando que a garantia do direito humano à alimentação adequada deve permanecer como prioridade institucional e política, especialmente diante das persistentes desigualdades sociais presentes no país.
30. A Sra. Eliane Christine Santos de Campos, professora da Universidade Estadual de Londrina (UEL), ressaltou que a pesquisa acadêmica tem contribuído para compreender a complexidade da insegurança alimentar, produzir evidências para subsidiar a tomada de decisões e qualificar os processos de monitoramento e avaliação das políticas públicas. Defendeu a aproximação permanente entre universidades, gestores, conselhos e movimentos sociais, de modo a fortalecer a capacidade de formulação e implementação das ações governamentais. Para encerrar, enfatizou a importância das redes de pesquisa e da produção científica comprometida com os princípios do direito humano à alimentação adequada, da soberania alimentar e da participação social.
31. O Sr. Felipe Medeiros, Coordenador do Grupo de Trabalho de Segurança Alimentar e Nutricional do Consórcio Nordeste, apresentou a experiência de articulação regional desenvolvida pelos estados nordestinos após a retomada das políticas nacionais de combate à fome. Explicou que o trabalho desenvolvido busca fortalecer a implementação das políticas estaduais de segurança alimentar, respeitando as especificidades de cada território, mas promovendo convergência em temas como governança, monitoramento, programas de combate à fome, fortalecimento das cozinhas solidárias e implementação do Protocolo Brasil Sem Fome. O coordenador do GT SAN finalizou sua participação enfatizando que a cooperação interestadual tem ampliado a capacidade de inovação, fortalecido o compartilhamento de soluções e contribuído para consolidar uma agenda regional de promoção da segurança alimentar e nutricional.
32. A Sra. Juliana Casemiro, representante do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), apontou que a atuação das organizações sociais continua sendo fundamental para mobilizar a população, monitorar políticas públicas, denunciar violações de direitos e produzir incidência

política em diferentes níveis de governo. Enfatizou a importância de preservar a autonomia da sociedade civil e fortalecer os espaços democráticos de participação social. Ademais, defendeu a ampliação do diálogo entre movimentos sociais, redes, academia, conselhos e instituições públicas como condição para enfrentar os desafios contemporâneos relacionados à fome, às desigualdades sociais e às transformações dos sistemas alimentares.

33. A Sra. Deputada Estadual Marina do MST, Presidenta da Comissão de Segurança Alimentar e Nutricional da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), apresentou a experiência de atuação legislativa estadual em apoio à agenda da segurança alimentar e nutricional, destacando o papel da comissão na articulação entre parlamento, sociedade civil, governos e movimentos sociais, buscando fortalecer o debate público e ampliar o apoio institucional às políticas de combate à fome. A Deputada defendeu que o Legislativo pode desempenhar papel central na mobilização política, na fiscalização das ações governamentais, na promoção de marcos normativos favoráveis à consolidação do Sisan e na transformação de demandas sociais em políticas públicas e instrumentos legais capazes de fortalecer a soberania e a segurança alimentar e nutricional.
34. A Presidenta Elisabetta Recine encerrou o primeiro dia da Plenária, orientou quanto às reuniões das CPs no dia seguinte e informou que, na sequência, ocorreriam as reuniões dos Grupos de Trabalhos (GTs).
35. No período da manhã do dia 06 de maio, ocorreram as reuniões das Comissões Permanentes (CPs) e da Comissão de Presidentes de Conseqs Estaduais (CPCE). No período da tarde, a reunião plenária foi retomada com o informe do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

VI. Informe sobre investimentos em Segurança Alimentar e Nutricional do BNDES

36. A Presidenta Elisabetta Recine abriu o ponto de pauta destacando a relevância da participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na agenda da segurança alimentar e nutricional e ressaltou a importância de apresentar ao Consea os resultados alcançados e as perspectivas de investimento do banco no fortalecimento de sistemas alimentares sustentáveis e no combate à fome.
37. A Sra. Tereza Campelo, Diretora de Desenvolvimento Social do BNDES, apresentou um balanço das ações desenvolvidas entre 2023 e 2025, destacando que a segurança alimentar e nutricional passou a ocupar posição estratégica na atuação institucional do banco. Segundo informou, foram mobilizados aproximadamente R\$ 2,4 bilhões em iniciativas relacionadas à promoção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, combinando recursos do Fundo Socioambiental do BNDES, do Fundo Amazônia e do Programa Sertão Vivo. A diretora destacou uma mudança de orientação institucional no banco, que passou a atuar de forma mais propositiva e articulada com políticas públicas federais, buscando fortalecer programas estruturantes voltados à agricultura familiar, à agroecologia, à inclusão produtiva, à proteção dos territórios e ao abastecimento alimentar. Ressaltou que a segurança alimentar passou a ser considerada um elemento transversal na formulação e avaliação das ações apoiadas pela instituição. No âmbito do Fundo Amazônia, foram apresentados projetos voltados à promoção da produção sustentável, do abastecimento alimentar e da inclusão produtiva na região amazônica. Entre eles, destacou-se o programa Amazônia na Escola, com investimento de R\$ 332 milhões, destinado a fortalecer a produção da agricultura familiar e ampliar sua participação

na alimentação escolar, beneficiando mais de 120 mil produtores e aproximadamente um milhão de estudantes. Também foram apresentados projetos voltados ao acesso à água para populações amazônicas, ao fortalecimento de territórios quilombolas, ao apoio a cooperativas da bioeconomia e ao desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis. A diretora destacou o avanço dos investimentos destinados à proteção de territórios indígenas e quilombolas, à regularização fundiária, ao fortalecimento institucional de órgãos responsáveis pela gestão territorial e à recuperação produtiva de áreas degradadas, por meio de iniciativas que articulam preservação ambiental, geração de renda e segurança alimentar. Em relação ao Semiárido, apresentou o programa Sertão Vivo, desenvolvido em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e o Green Climate Fund, com investimentos próximos de R\$ 1 bilhão destinados à adaptação climática, acesso à água, fortalecimento produtivo e ampliação da resiliência de agricultores familiares. Segundo informado, a iniciativa deverá beneficiar aproximadamente um milhão de pessoas em cinco estados do Nordeste. A diretora ressaltou, ainda, o fortalecimento de programas voltados à agroecologia e à agricultura familiar, entre eles o Ecoforte, as iniciativas de fortalecimento de cooperativas no Semiárido e no Cerrado, os programas voltados à agricultura urbana e periurbana e as novas estratégias de apoio à produção de bioinsumos. Afirmou que essas ações buscam ampliar a autonomia produtiva, reduzir custos de produção, fortalecer processos organizativos e apoiar a transição para sistemas alimentares mais sustentáveis. Durante a apresentação, foi anunciado o resultado da primeira chamada pública do Programa BNDES Bioinsumos, destinada ao fortalecimento da produção de bioinsumos por cooperativas e organizações da agricultura familiar. Também foi lançada uma nova etapa da iniciativa, com disponibilização de R\$ 40 milhões para apoio a novos projetos. A diretora informou ainda a ampliação do Programa Ecoforte, mediante a inclusão das quatro propostas que permaneciam em cadastro de reserva, ampliando o alcance territorial da iniciativa e fortalecendo redes de agroecologia e produção sustentável em diferentes regiões do país.

38. O Sr. Silvio Porto, Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), destacou a importância histórica do Consea para a formulação de políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional e reafirmou o compromisso da Conab com o fortalecimento da agricultura familiar, dos povos e comunidades tradicionais e das estratégias de abastecimento alimentar. Ressaltou que a companhia pretende aprofundar seu papel estratégico na implementação de políticas estruturantes e ampliar sua contribuição para a consolidação da soberania e segurança alimentar e nutricional.
39. A Sra. Kelli Mafort, Secretária Nacional de Diálogos Sociais da Secretaria-Geral da Presidência da República (SNDs/SG-PR), destacou a relevância da atuação do BNDES como indutor do desenvolvimento social e sustentável. Ressaltou a importância da participação social na formulação e implementação dos projetos apoiados pelo banco e destacou que a ampliação do acesso de organizações sociais aos instrumentos de financiamento representa um avanço importante para o fortalecimento das políticas públicas e da democracia participativa.
40. A Sra. Fernanda Machiaveli, Ministra do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), ressaltou o papel estratégico do BNDES na reconstrução e

fortalecimento das políticas voltadas à agricultura familiar, à segurança alimentar e à transição agroecológica. Destacou a relevância das parcerias estabelecidas entre o banco e o MDA em iniciativas como Amazônia na Escola, Ecoforte, Coopera Amazônia, Restauro Amazônia e Sertão Vivo, enfatizando sua contribuição para ampliar a produção de alimentos saudáveis, fortalecer os territórios rurais e promover a inclusão produtiva. A ministra também destacou a importância da agenda dos bioinsumos para a promoção da transição agroecológica e para a ampliação da autonomia produtiva da agricultura familiar. Ressaltou os avanços na regulamentação do Programa Nacional de Bioinsumos e reafirmou o compromisso do governo federal com a construção de sistemas alimentares mais sustentáveis, resilientes e socialmente justos. Ao final do informe, foi celebrado o anúncio da ampliação do Programa Ecoforte, com a inclusão das propostas anteriormente classificadas em cadastro de reserva, medida recebida com entusiasmo pelos representantes da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), organizações da sociedade civil e demais participantes da Plenária.

VII. Sessão de deliberações

41. A sessão conduzida pela Presidenta Elisabetta Recine dedicou-se à apreciação e deliberação das recomendações elaboradas pelas Comissões Permanentes (CPs) e pela Comissão de Presidentes de Conseas Estaduais (CPCE). Ao todo, foram apreciadas cinco (5) recomendações e uma (1) nota pública.
42. A Coordenadora da CPCE iniciou a sessão fazendo um relato sobre a reunião da Comissão de Presidentes. Entre os temas discutidos na ocasião estiveram a necessidade de ampliação do diálogo com gestores estaduais e municipais; o fortalecimento institucional dos conselhos; a formação continuada de conselheiras/os e gestoras/es; a construção de mecanismos de cofinanciamento do Sisan; a elaboração de indicadores comuns para monitoramento dos planos estaduais e municipais de SAN; e a ampliação das estratégias de controle social sobre programas como o PAA, o PNAE e as cozinhas solidárias. A CPCE apresentou à Plenária proposta de manifestação sobre os desastres socioambientais decorrentes das chuvas intensas que atingiram diferentes estados do país. A Presidenta abriu a palavra à Plenária para esclarecimentos e ajustes ao texto. Durante o debate, a Plenária ressaltou a importância de fortalecer os mecanismos de governança interfederativa, garantir respostas rápidas às populações afetadas e assegurar atenção específica a povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, quilombolas e demais grupos em situação de vulnerabilidade. A Plenária decidiu que o instrumento mais adequado de manifestação seria uma recomendação formal do Consea, a ser elaborada posteriormente, e a nota pública de solidariedade às populações atingidas pelas chuvas (Anexo B), o que foi aprovado pela plenária.
43. A Coordenadora da Comissão Permanente 2 (CP2) apresentou recomendação relacionada à proteção da alimentação adequada e saudável e à regulação da publicidade de alimentos, especialmente nos ambientes digitais. Durante a apreciação do texto, a Plenária destacou a necessidade de fortalecer a atuação articulada entre o Ministério da Saúde e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) na revisão e atualização dos instrumentos normativos aplicáveis ao tema. Em seguida, a Presidenta submeteu a recomendação à apreciação da Plenária. Após os ajustes sugeridos, declarou a recomendação aprovada por unanimidade.

44. A Coordenadora da Comissão Permanente 3 (CP3) apresentou proposta de recomendação referente ao Plano Safra da Agricultura Familiar 2026/2027, elaborada em articulação com integrantes da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO). A recomendação consolidou um conjunto de demandas acumuladas por organizações da sociedade civil e por diferentes instâncias de participação social, buscando ampliar a capacidade do Plano Safra de responder aos desafios da segurança alimentar, da agroecologia e da adaptação climática bem como de fortalecer a agricultura familiar. Entre os principais pontos apresentados destacaram-se o fortalecimento dos espaços permanentes de participação social na elaboração e monitoramento do Plano Safra; a ampliação dos recursos destinados à agricultura familiar; a promoção da agroecologia, da produção de alimentos saudáveis e da sociobiodiversidade; o aprimoramento dos instrumentos de crédito, assistência técnica e comercialização; e a ampliação do apoio a povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais e demais segmentos historicamente excluídos das políticas de financiamento rural. Em seguida a Presidenta submeteu a recomendação à apreciação da plenária, que destacou que a recomendação representa a continuidade de reivindicações históricas da sociedade civil e dos movimentos sociais, muitas das quais permanecem atuais diante dos desafios relacionados à produção de alimentos, à adaptação às mudanças climáticas, à redução das desigualdades territoriais e ao fortalecimento da soberania alimentar. Após os ajustes indicados durante o debate, a Presidenta declarou a recomendação aprovada por unanimidade para encaminhamento ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e ao Ministério da Fazenda (MF).
45. A Coordenadora da Comissão Permanente 4 (CP4) apresentou recomendação voltada à recomposição orçamentária do Programa Cozinhas Solidárias para o exercício de 2026. A proposta foi motivada pela insuficiência dos recursos atualmente previstos para atender a demanda das entidades gestoras habilitadas nos editais do programa. Durante a apresentação, foi destacado que o orçamento disponível, de aproximadamente R\$ 30 milhões, encontra-se significativamente abaixo do montante estimado como necessário para garantir a execução das ações aprovadas, calculado em cerca de R\$ 138 milhões. Também foi ressaltada a importância das cozinhas solidárias no enfrentamento da fome e na promoção do direito humano à alimentação adequada. A Presidenta submeteu a recomendação à apreciação da plenária. Durante o debate, foram registrados encaminhamentos relacionados à população em situação de rua, incluindo a proposta de fortalecimento do diálogo entre o Consea e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Ciamp-Rua). A Mesa Diretiva informou que tais demandas seriam tratadas por meio de articulações institucionais específicas e incorporadas aos encaminhamentos posteriores da plenária. Não havendo manifestações contrárias, a Presidenta declarou a recomendação relativa à ampliação do orçamento do Programa Cozinhas Solidárias aprovada por consenso.
46. Em razão do adiantado da hora e da necessidade de cumprimento dos demais pontos da pauta, a Presidenta Elisabetta Recine propôs à plenária uma reorganização dos trabalhos, dispensando a apresentação oral dos relatos das

Comissões Permanentes (CPs), dos Grupos de Trabalho (GTs) e da Comissão de Presidentes de Conseas Estaduais (CPCE). Como encaminhamento, foi informado que a Secretaria-Executiva sistematizaria os principais debates realizados nessas instâncias, especialmente aqueles relacionados às questões orientadoras sobre o fortalecimento do Sisan, produzindo uma síntese a ser compartilhada com os conselheiros e conselheiras. Também foi acordado que temas considerados estratégicos pelas coordenações das comissões e grupos seriam registrados em documento específico para ampla divulgação e acompanhamento. Na mesma oportunidade, a Presidenta sugeriu que as informações referentes ao Encontro Nacional 6ª CNSAN + 2 anos, incluindo orientações metodológicas, objetivos políticos e aspectos logísticos, fossem disponibilizadas em formato acessível para as/os conselheiras/os nacionais e estaduais, de modo a qualificar a preparação dos participantes para o evento. A proposta de reorganização da pauta foi submetida à apreciação da Mesa Diretiva e da Plenária, sendo aprovada por consenso.

VIII. Informes

47. A Sra. Marília Leão, Secretária-Executiva do Consea Nacional, apresentou informes sobre a organização do Encontro Nacional 6ª CNSAN + 2 anos, destacando que o evento representa uma etapa estratégica de monitoramento e avaliação da implementação das propostas aprovadas durante a 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Ressaltou que o processo preparatório vem sendo construído por meio de encontros estaduais, diálogos temáticos e atividades de sistematização, buscando reunir contribuições dos diferentes territórios e setores envolvidos na agenda da segurança alimentar e nutricional. Informou que seriam disponibilizados materiais complementares para apoiar a preparação dos participantes, incluindo orientações sobre o funcionamento dos grupos de trabalho, que terão como foco o acompanhamento da implementação dos anúncios e compromissos assumidos na 6ª CNSAN. A Presidenta Elisabetta Recine complementou a exposição ressaltando a importância da preparação metodológica para os grupos de trabalho, e esclareceu que a organização do evento disponibilizaria orientações específicas aos participantes. Assinalou ainda a necessidade de planejamento antecipado dos aspectos logísticos, especialmente relacionados à hospedagem em Brasília - DF, considerando a alta demanda prevista para o período do encontro.
48. O Sr. Daniel Peter, representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), apresentou o novo canal de apoio a denúncias relacionadas ao uso de agrotóxicos. Explicou que a iniciativa foi desenvolvida para enfrentar as dificuldades encontradas pelos cidadãos na identificação dos órgãos responsáveis pela apuração das diferentes situações envolvendo contaminação ambiental, intoxicações, pulverização irregular, impactos à saúde e demais violações associadas ao uso de agrotóxicos. Destacou que a construção da ferramenta ocorreu em articulação com a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, além de diferentes órgãos federais, buscando oferecer orientações mais claras para o encaminhamento das denúncias. Ressaltou que a multiplicidade de instituições com competências sobre o tema frequentemente dificulta o acesso da população aos mecanismos de fiscalização e responsabilização. Durante a apresentação, foram expostos dados que evidenciam a subnotificação das denúncias relacionadas aos agrotóxicos nos órgãos ambientais federais. Segundo informado, embora milhares de casos de intoxicação

sejam registrados anualmente pelos sistemas de saúde, apenas um número reduzido de denúncias chega formalmente aos órgãos responsáveis pela fiscalização ambiental. Nesse contexto, o canal foi apresentado como instrumento para ampliar a visibilidade dos casos, qualificar o encaminhamento das denúncias e fortalecer a atuação dos órgãos públicos competentes. Ao final, foi solicitado o apoio do Consea e de sua rede de articulação para divulgar amplamente a ferramenta junto aos territórios, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e instâncias do Sisan, de modo a fortalecer os mecanismos de proteção da saúde, do meio ambiente e do direito humano à alimentação adequada.

IX. Encerramento

49. Não havendo outros informes, a Presidenta Elisabetta Recine agradeceu a participação dos conselheiros, conselheiras, convidados e representantes governamentais presentes, destacando a relevância dos debates realizados ao longo da Plenária para o fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Em seguida, declarou encerrada a 3ª Reunião Plenária Ordinária do Consea Nacional de 2026.

X. Aprovação da Ata

Encerrada a reunião, eu, Marília Mendonça Leão, Secretária-Executiva do Consea, lavrei a presente ata que foi aprovada por unanimidade pelo Plenário do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) na 4ª Reunião Plenária Ordinária, ocorrida em 04 de agosto de 2026.



Documento assinado digitalmente

MARILIA MENDONÇA LEAO

Data: 10/09/2026 18:17:11-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARÍLIA MENDONÇA LEÃO

Secretária-Executiva

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

ANEXO A - PAUTA APROVADA PARA A 3ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2026

3ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA 2026 – Mandato 2025-2027

DATA: 05 e 06 de maio de 2026.

LOCAL: Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto

Dia 05/05/2026

1. ABERTURA E BOAS-VINDAS

Elisabetta Recine - Presidenta do Consea

Ministro Wellington Dias - Presidente da Caisan Nacional

2. BALANÇO E AGENDA FUTURA DO SISAN NO ÂMBITO FEDERAL

Moderação: Elisabetta Recine, Presidenta do Consea

- i. Revisando o percurso entre a 6ª CNSAN e o III Plansan - Sílvia Zimmermann, Coordenadora da CP1 do Consea Nacional
- ii. Avanços e desafios na consolidação do Sisan - Valéria Burity, Secretária Executiva da Caisan Nacional e Secretária Nacional Extraordinária de Combate à Fome (SECF/MDS)
- iii. Fortalecimento do Sisan no território: os Programas de Segurança Alimentar e Nutricional - Lilian Rahal, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN/MDS)
- iv. Sistema de Vigilância do Sisan - Alexandre Valadares, Diretor de Vigilância do Sisan da Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome (SECF/MDS)

3. DIÁLOGO COM A PLENÁRIA

4. O SISAN VIVO NOS TERRITÓRIOS - Experiências de fortalecimento da intersetorialidade, da participação social e da colaboração federativa no âmbito do Sisan

Moderação: Elisabetta Recine, Presidenta do Consea

- i. Consea Estadual da Bahia - Débora Rodrigues, presidenta do Consea Bahia
- ii. Caisan Estadual do Ceará - Regina Praciano
- iii. Caisan Estadual do Rio Grande do Sul - Pontos Populares de Soberania Alimentar e SAN - Alex Moraes

- iv. Fortalecimento da intersectorialidade no território: a experiência do Alimenta Cidades - Patrícia Gentil (SESAN/MDS)
- v. Caisan Municipal de Recife - Natalia Outtes
- vi. CPCE: Experiência de relações interfederativas dos Conseas Estaduais e Municipais - Renata Machado, Coordenadora da CPCE e presidenta do Consea Rio de Janeiro
- vii. Instrumentos intersectoriais e de articulação federativa do Sisan - Luiza Trabuco, Diretora de Gestão do Sisan da Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome (SECF/MDS)

5. ATUAÇÃO DE AGENTES ESTRATÉGICOS PARA FORTALECIMENTO DO SISAN

Moderação: Elisabetta Recine, Presidenta do Consea

- i. Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional (FPSAN) - Deputado Padre João
- ii. Ministério Público do Paraná - Olympio de Sá Sotto Maior Neto, Procurador de Justiça
- iii. Universidade Estadual de Londrina (UEL) - Profa. Dra. Eliane Christine Santos de Campos
- iv. Comissão de Segurança Alimentar e Nutricional, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) - Marina do MST
- v. GT de SAN da Câmara Temática de Assistência Social do Consórcio Nordeste - Felipe Medeiros, Coordenador
- vi. Representante de Redes da Sociedade Civil - Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) - Juliana Casemiro

6. ORIENTAÇÕES SOBRE TRABALHO DAS CPS E GTS

7. REUNIÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO

Dia 06/05/2026

8. REUNIÃO DAS CPS E CPCE

9. INFORME SOBRE INVESTIMENTOS EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO BNDES

- a. Tereza Campelo, Diretora do BNDES
- b. Silvio Porto, Diretor da CONAB
- c. Kelli Mafort, Secretária Nacional de Diálogos Sociais (SND/SG-PR)
- d. Fernanda Machiaveli, Ministra do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)

10. DELIBERAÇÕES DA PLENÁRIA

11. INFORMES

- a. Encontro Nacional da 6ª CNSAN +2 anos - Marília Leão (SE/Consea)
- b. Apresentação do canal de apoio a denúncias de agrotóxicos - Daniel Peter (MMA)

ANEXO B - NOTA PÚBLICA: RESPOSTA HUMANITÁRIA ÀS VÍTIMAS DE DESASTRES CLIMÁTICOS DECORRENTES DAS CHUVAS INTENSAS

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) expressa solidariedade a todas as vítimas das chuvas intensas que atingiram os estados da Paraíba e Pernambuco e que, recentemente, decretaram estado de calamidade pública e emergência. Situação semelhante ocorreu, desde março do corrente ano, em municípios dos Estados da Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Após perderem parentes e entes queridos, suas casas, móveis e alimentos, as pessoas atingidas tiveram seu direito humano de viver com dignidade violado.

O Consea tem debatido o tema da mudança do clima e seus impactos reconhecendo as evidências que tais situações são catástrofes socioambientais que, além da destruição de cidades, áreas de produção de alimentos, comunidades e vidas, provocam um aumento importante do número de pessoas enfrentando desamparo, com aprofundamento das situações de vulnerabilidade e violações de direitos principalmente nos grupos populacionais historicamente já alijados de seus direitos humanos.

Reconhecendo o estado de calamidade e emergência pública nos Estados da Paraíba e Pernambuco e amparada pelo estabelecido na Constituição Federal — art. 167, § 3º — e na Lei Federal nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, o Consea reforça a urgência à União, por meio dos Ministérios da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), de adoção de ações imediatas e a correspondente abertura de crédito extraordinário no Orçamento da União destinados às ações de resposta ao desastre, assistência humanitária e reconstrução das cidades e casas destruídas, com agilidade que a situação requer.

Destacamos que a ação do Estado para assegurar proteção e amparo à população afetada, em todas as esferas, deve se pautar pelo permanente diálogo com as instâncias de participação social, incluindo os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional municipais e estaduais, em todas as fases do planejamento, execução e monitoramento da resposta humanitária, reconstrução e garantia do direito humano à alimentação adequada. Também é urgente que os municípios brasileiros tenham apoio para desenvolver estratégias de adaptação à mudança do clima e tenham agilidade para o enfrentamento adequado às suas consequências.

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)

Aprovada em sessão plenária no dia 06 de maio de 2026